



DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS E APROVADAS EM 2018
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS – CEFOP

CASTRO, Hugo Ricardo Valim. Reconhecimento Do Direito À Aposentadoria Especial Dos Servidores Do Senado Federal: Isomorfismo E Institucionalização Do Novo Rito Processual

Orientador: Fabiano Peruzzo Schwartz

Linha de Pesquisa: Gestão Pública no Poder Legislativo

Data Defesa: 30/01/2018

Resumo: Esta pesquisa trata de um novo modelo de rito processual desenvolvido pelo Senado Federal para apurar o direito à aposentadoria especial (AE) de seus servidores, apresentando ainda os resultados iniciais obtidos após 18 meses de trabalho. Para tanto, faz uma análise comparativa das normas previdenciárias relativas à AE no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS), procurando identificar os elementos da teoria do isomorfismo institucional que aproximam os dois regimes. Avalia-se ainda o grau de institucionalização do novo rito processual. A partir de variáveis caracterizadoras dos sistemas previdenciários, elaborou-se estudo comparativo entre o RGPS e o RPPS, levando-se ainda em consideração a metodologia desenvolvida pelo Senado Federal, tendo por base suas peculiaridades enquanto Casa Legislativa. Os resultados obtidos indicam a apropriação de normas e procedimentos do RGPS por parte do RPPS e do Senado Federal no que tange à AE, sendo verificadas no processo as três vertentes do isomorfismo institucional: coercitiva, mimética e normativa. Outrossim, verificou-se que o novo rito processual, vigente desde dezembro de 2014, se encontra na fase de objetificação segundo o ciclo de processos inerentes à institucionalização proposto por Tolbert e Zucker (1999). Entre novembro de 2015 e abril de 2017, o Senado Federal analisou um total de 351 processos individuais de reconhecimento de direito à AE, resultando no reconhecimento de dias laborados sob condições especiais para 294 servidores (83,7%). Em 97,14% dos casos o direito ao benefício se deu pelo enquadramento por exposição a agentes nocivos. O principal fator de risco que ensejou a concessão da AE foi o risco químico (74,34% dos casos), sendo os hidrocarbonetos o principal grupo de agentes nocivos identificados. Um total de 34 processos geraram pedidos de reconsideração por parte dos servidores (9,68%).

Palavras-Chave: Aposentadoria especial; Serviço Público Federal; Senado Federal; Isomorfismo Institucional; Institucionalização; Poder Legislativo.

OLIVEIRA, Luciano Henrique da Silva. A Atuação Da Casa Revisora No Processo Legislativo Federal Na 54ª Legislatura.

Orientador: Fabio de Barros Correia Gomes

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Data Defesa: 02/02/2018

Resumo: A estrutura bicameral do Poder Legislativo tem sido adotada em vários países do mundo, a exemplo do Congresso Nacional brasileiro. Uma das principais funções da

segunda casa legislativa é a revisão dos projetos de lei aprovados pela primeira casa. Normalmente a proposição aprovada por uma câmara (casa iniciadora) é revisada pela segunda (casa revisora), que pode aprovar, rejeitar ou emendar a matéria. Nosso Congresso Nacional adota, para o trâmite dos projetos de lei, o chamado sistema de navette, em que a matéria passa de uma casa a outra até que elas cheguem a um acordo sobre o texto ou se aplique alguma regra para encerrar o processo. No nosso caso, o projeto é considerado aprovado quando ambas as casas concordam com o texto ou, caso haja discordância, quando a casa iniciadora dá a última palavra sobre a matéria. A pesquisa focou especificamente a forma como nossa casa revisora executou seu papel de revisão dos projetos de lei ordinária aprovados pela outra casa durante a 54ª Legislatura. No nosso sistema, a casa revisora pode ser ora o Senado Federal, ora a Câmara dos Deputados, pois ambas as casas possuem o poder de iniciativa de leis. Como a maioria das matérias, segundo nossas regras constitucionais, têm início na Câmara Baixa, normalmente o Senado atua como casa revisora. A investigação analisou as diferenças entre a atuação do Senado e da Câmara como casa revisora. Verificou também qual foi o destino dos projetos de lei apresentados até o final da 54ª Legislatura que foram aprovados por uma casa e enviados à revisão da outra, constatando se receberam ou não decisão da casa revisora e, caso tenham recebido, se foram aprovados, rejeitados ou emendados por tal casa. Foi constatado que, na citada Legislatura, considerando todos os projetos de leis ordinárias, tanto os de iniciativa parlamentar como os de origem externa ao Parlamento, quando o Senado Federal atuou como casa revisora, ele predominantemente aprovou os projetos aprovados na Câmara dos Deputados e, quando esta foi a casa revisora, ela preponderantemente não aprovou (rejeitou ou não decidiu) as propostas oriundas do Senado Federal. Por outro lado, quando se consideraram apenas os projetos de leis ordinárias de origem parlamentar, as atuações das duas casas na função de revisão não se diferenciaram tanto uma da outra. Concluiu-se que a atuação mais chanceladora do Senado como casa revisora, em relação à da Câmara, parece se dever aos projetos de autoria extraparlamentar, os quais, ou já chegam com boa força política (os do Poder Executivo), ou cuidam de matéria meramente administrativa, a qual não gera polêmica para sua aprovação. Quando se retiraram esses projetos externos da análise, a Câmara dos Deputados e Senado Federal tenderam a aprovar em medida semelhante os projetos oriundos da outra Casa. Finalmente, considerando-se o universo dos projetos sobre políticas públicas que lograram aprovação em ambas as Casas, constatou-se que 80% dessas matérias foram de autoria parlamentar e apenas 20% de autoria do Executivo. Sob essa ótica, o Parlamento, e não o Executivo, revelou-se o iniciador principal de marcos legais aprovados de políticas públicas ao longo da 54ª Legislatura.

Palavras-Chave: Bicameralismo; Casa Revisora; Processo Legislativo

RIBEIRO, Thamara Dutra. Teoria Dos Jogos E Os Casos De Migração Partidária Na Câmara Dos Deputados Após o TSE Decidir Pela Fidelidade Ao Partido Em 2007

Orientador: João Luiz Pereira Marciano

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Data Defesa: 08/04/2018

Resumo: O trabalho procura analisar as migrações partidárias no contexto pós Resolução nº 22.526 de 2007 do Tribunal Superior Eleitoral, que limita os casos de troca de legenda pelos deputados federais. Anteriormente, não havia constrangimentos aos parlamentares para mudar de partido e a resolução veio alterar o cenário e os cálculos de ação. Para compreender o fenômeno das migrações, o estudo utilizou a

teoria da escolha racional e a teoria dos jogos, buscando compreender como é racional ao parlamentar mudar de partido, mesmo em um contexto com maiores restrições e custo de oportunidade mais elevado. Procurou-se tratar dos principais fatores que interferem nesse cálculo, voltados para as esferas estadual e federal. O objetivo é contribuir para o estudo das migrações e compreender como tais fatores foram objeto de cálculo pelos deputados federais na criação de novos partidos após 2010 e a “janela” partidária em 2016.

Palavras-Chave: Partidos Políticos; Migração Partidária; Teoria dos Jogos; Escolha Racional.

CAMARGOS, Natália Morato. Regulamento Interno Das Comissões: Análise Sobre A Omissão Legislativa Na Câmara Dos Deputados.

Orientador: André Rehbein Sathler Guimarães

Linha de Pesquisa: Gestão Pública no Poder Legislativo

Data Defesa: 14/05/2018

Resumo: Este trabalho oferece um estudo descritivo sobre a omissão legislativa na Câmara dos Deputados quanto ao Regulamento Interno das Comissões Permanentes. O estudo apresenta uma revisão bibliográfica com aspectos sobre o Poder Legislativo brasileiro, a estrutura das Comissões Permanentes, o modelo de gestão por processos e as regras formais e informais do Parlamento. Descrevem-se as alternativas criadas em resposta à omissão legislativa, levantando-se a utilização de acordos de procedimentos como principal ferramenta na tentativa de regulamentação individual das comissões. Discute-se a não obrigatoriedade, temporalidade, informalidade e multiplicidade da ferramenta. São comparadas, no ano de 2016, quantas comissões adotaram o acordo de procedimentos e sobre quais temas cada um deles tratava. No que se refere à percepção dos gestores da Casa quanto à omissão legislativa e seus impactos organizacionais, apresenta-se a análise dos questionários aplicados. O questionário procurou abordar a opinião dos sujeitos de pesquisa envolvidos diretamente no trabalho das Comissões Permanentes quanto aos aspectos administrativos e políticos, sendo eles: Diretoria do Departamento de Comissões, Diretoria da Coordenação de Comissões Permanentes e Secretários-Executivos das Comissões Permanentes. Busca-se avaliar o real motivo da não edição do Regulamento Interno das Comissões, mesmo após 28 (vinte e oito) anos da publicação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. E, também, analisar quais os aspectos positivos e negativos de uma possível regulamentação, avaliar o impacto da omissão e a possibilidade de uma regulamentação por via administrativa, ainda que parcial. Por fim, essa dissertação apresenta suas conclusões, indicando que o grupo de respondentes do questionário de pesquisa enxerga a regulamentação como positiva para o melhor desempenho das atividades das Comissões Permanentes. Entretanto, não se verifica consenso entre os gestores quanto à possibilidade de regulamento institucional, sem iniciativa política.

Palavras-Chave: Regulamento Interno; Comissões Permanentes; Omissão Legislativa; Câmara dos Deputados

ARAÚJO, Andréia Matias. A Judicialização Da Política E Os Direitos Fundamentais No Congresso Nacional: Uma Análise Da Adpf 132/Rj E Da Adpf 54/Df No Supremo Tribunal Federal E Na Câmara Dos Deputados.

Orientador: Fabio de Barros Correia Gomes

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Data Defesa: 24/05/2018

Resumo: Nas últimas décadas, o Poder Judiciário brasileiro tem atuado de forma crescente nas esferas de competência tradicionalmente atribuídas aos outros Poderes, fomentando discussões acerca da judicialização da política e do ativismo judicial. Este trabalho objetiva analisar a matéria do ponto de vista tanto do Judiciário quanto do Legislativo, por meio da análise de dois acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, da produção legislativa antes e após tais decisões, bem como da opinião pública e da mídia sobre esses temas. Tendo em vista a sua grande repercussão na mídia e o amplo debate dessas ações pela sociedade, foram selecionadas como objetos de estudos a ADPF nº 54/DF, que trata da interrupção da gravidez de fetos anencéfalos, e a ADPF nº 132/RJ, que diz respeito à união homoafetiva. A partir desses elementos, será possível verificar, em ambos os casos, a ausência de produção legislativa, o que pode ser motivado pela ausência de consenso sobre essas matérias na sociedade, bem como a atuação do Judiciário em caráter contramajoritário.

Palavras-Chave: Ativismo Judicial; Judicialização da Política; Direitos Fundamentais; União Homoafetiva; Aborto; Fetos Anencéfalos.

OLIVEIRA, Maisa Martins de Toledo Nassar. O Lobby Institucional Público No Processo Político-Legislativo: O Caso Anatel.

Orientador: Ricardo Chaves de Rezende Martins

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Data Defesa: 04/07/2018

Resumo: Este trabalho oferece um estudo descritivo da atuação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel dentro do Poder Legislativo, mais precisamente com o objetivo de demonstrar como acontece o lobby institucional público entre essas duas instâncias de poder (Executivo e Legislativo). O estudo apresenta uma revisão bibliográfica com aspectos sobre a representação política, suas origens, teorias que facilitam o seu entendimento, e a forma como essa representação se dá, atualmente, inclusive, por meio do lobby. Depois, descreve-se a Câmara dos Deputados em seu papel institucional de proporcionar, por meio de seu Regimento Interno e de sua estrutura organizacional, acesso aos grupos de pressão que tem interesse em manifestar suas opiniões e, assim, participar efetivamente do processo de feitura das leis, dando efetividade à representação, conforme ela se propõe. O estudo visa demonstrar, inclusive, que a arena mais propícia à atuação dos grupos de pressão está nas comissões temáticas, especificamente as que mais tratam de temas relacionados à telecomunicações. Realizaram-se, então, análises de casos concretos nos quais foi possível rastrear as formas de atuação da Anatel na hora de interferir no andamento de determinados projetos de lei e, por fim, apresentar conclusões que nos permitiram avançar um pouco mais na criação do conceito de lobby institucional público, diferenciando-o da forma de atuação dos demais grupos de pressão que também exercem a atividade lobista. Dessa forma, pode-se observar que a barganha política é importantíssima para a efetivação da atividade lobista que a Assessoria de Relações Institucionais da Anatel (ARI) executa dentro das comissões.

Palavras-Chave: Representação de Interesses; Câmara dos Deputados; Grupos de Pressão; Atividade Lobista; Lobby; Institucional Público; Anatel.

SANT'ANA, Maristela Mendes. Mensalão Como Ferramenta De Gestão Da Coalizão.

Orientador: Ricardo de João Braga

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Data Defesa: 12/07/2018

Resumo: Ao assumir a Presidência da República em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva montou e geriu sua base de apoio de forma diferente do que já se mostrara eficaz. Ao distribuir os cargos ministeriais entre os partidos que a integravam, desconsiderou a proporção da participação das legendas na coalizão e destinou 60% destes a integrantes do seu partido, que respondia por 28,62% da base. Em relação ao pagamento de emendas orçamentárias, priorizou integrantes de partidos de fora da coalizão – inclusive da oposição - em detrimento de parlamentares da base de apoio do governo. Além disso, Lula montou a coalizão com maior número de partidos e mais heterogênea até então, reunindo do PCdoB ao PL. As investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios e o julgamento da Ação Penal 470 (BRASIL, 2013) pelo Supremo Tribunal Federal evidenciaram que o Mensalão foi usado como ferramenta de governabilidade. As tradicionais ferramentas de gestão da coalizão do presidencialismo de coalizão foram substituídas, ao menos em parte, pela remuneração de parlamentares e de partidos políticos. Esta pesquisa busca explicar o porquê desta prática. Apesar de inúmeros relatos de expedientes semelhantes em outros governos, esse foi o único caso comprovado em duas instâncias – uma política e uma judicial - que, além de corroborarem sua existência, apontaram correlação direta entre os valores transferidos, o ingresso de parlamentares em partidos da base e as votações de interesse do governo. A pesquisa foi desenvolvida como Estudo de Caso, com análise documental das investigações realizadas e entrevista de agentes políticos ligados direta ou indiretamente ao Partido dos Trabalhadores e ao Mensalão. A base teórica é o Neo-Institucionalismo Histórico, por buscar na história do PT as respostas, mas emprega a Teoria da Escolha Racional para analisar as mudanças realizadas pela legenda entre 1995 e 2002, sob a presidência de José Dirceu, que reuniu as forças de centro-direita do partido. Concluiu-se que, quando Lula assumiu o governo, o PT era um partido híbrido. José Dirceu conduziu a legenda para um perfil voteseeking, bem-sucedido ao viabilizar a vitória de Lula. Mas a chamada esquerda do partido mantinha fortes características policy-seeking e contava com significativa presença no Parlamento, não podendo ser ignorada na distribuição de cargos. O partido que passara por profundas mudanças e adotara práticas comuns às demais legendas para jogar o jogo eleitoral não se portou da mesma forma ao chegar à Presidência da República. Não quis, ou não conseguiu, jogar o jogo da governabilidade com as ferramentas existentes. Para conseguir governar, mas seguir hegemônico e manter a imagem construída em suas origens, incorporou o Mensalão à caixa de ferramentas de gestão da coalizão.

Palavras-Chave: Ferramentas de gestão da coalizão governamental; Governo Lula; Mensalão; Neo-Institucionalismo; Partido dos Trabalhadores; Poder Legislativo; Presidencialismo de coalizão.

ALVES, Virginia Queiroz. O Trabalho Na Ordem Do Dia: O Sentido Do Trabalho Na Câmara Dos Deputados.

Orientadora: Giovana Dal Bianco Perlin

Linha de Pesquisa: Gestão Pública no Poder Legislativo

Data Defesa: 24/07/2018

Resumo: Este estudo buscou identificar o sentido do trabalho para os servidores efetivos das áreas administrativa e político-legislativa da Câmara dos Deputados, órgão

do Poder Legislativo, destacando as diferenças de percepção entre as áreas. Além disso, procurou determinar se tais servidores estão satisfeitos com a ocupação profissional, bem como se há relação entre os construtos sentido do trabalho e satisfação no trabalho para os servidores da Casa. O método utilizado foi quantitativo, com base em instrumento canadense de medida do constructo significado do trabalho – Escala do Trabalho com Sentido (ETS), com uma estrutura de seis fatores, distribuídos em 24 itens, os quais sintetizam as características de um serviço com sentido, são eles: utilidade social do trabalho; ética no trabalho; liberdade no trabalho; aprendizagem e desenvolvimento; qualidade das relações no trabalho e coerência e expressividade no trabalho. Foi também acrescentada questão sobre satisfação no trabalho para verificar a relação entre os construtos sentido do trabalho e satisfação no trabalho para os servidores da Câmara dos Deputados. A ETS foi distribuída por meio de e-mail institucional para 3.053 servidores efetivos, e foram obtidas 548 respostas. As médias encontradas variaram entre 4,30 a 5,22 nos 6 fatores elencados na ETS, em uma escala de 6 pontos. O Fator 5 – Qualidade das relações no Trabalho obteve a maior média (5,22) e a menor média (4,30) foi encontrada no Fator 3 – Liberdade no trabalho. Não foi estabelecida correlação entre a área de lotação e as médias das respostas às perguntas, o que permite concluir que, para os respondentes, não há distinção na percepção do sentido do trabalho entre os servidores das áreas administrativa e político-legislativa. Por fim, foi descoberta correlação entre o construto satisfação no trabalho e o sentido do trabalho para esse grupo de servidores efetivos da Câmara dos Deputados.

Palavras-Chave: Sentido do Trabalho; Satisfação no Trabalho; Escala de Sentido no Trabalho; Poder Legislativo.

NEGRÃO, Cassiano Luiz Crespo Alves. Comissão De Defesa Do Consumidor Da Câmara Dos Deputados E As Políticas Públicas Dirigidas Ao Mercado De Consumo: Reflexões Sobre Uma Atuação Não Legiferante.

Orientador: Fabio de Barros Correia Gomes

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Data Defesa: 30/07/2018

Resumo: Este trabalho desenvolve estudo sobre a atuação da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados nas políticas públicas voltadas à proteção do consumidor. Por um lado, constata que o mercado de consumo passou por modificações desde a edição de seu marco principal, Código de Defesa do Consumidor (1990), que exigiriam, em tese, produção legislativa hábil a enfrentar os conflitos decorrentes desse processo evolutivo. Por outro, demonstra a baixa produtividade efetiva de legislação pela Câmara dos Deputados no campo da defesa do consumidor. A pesquisa, amparada na teoria neo-institucionalista da escolha racional em sua vertente informacional, mas em diálogo com as demais vertentes, percorre determinados universos de ações da Comissão de Defesa do Consumidor. O exame desse órgão parlamentar especializado na produção de informações busca evidências que comprovem sua influência na tomada de decisões do Poder Executivo, esfera que, particularmente no eixo normatizador do mercado de consumo, assumiu protagonismo a partir da desestatização e da adoção do modelo de agências reguladoras. Nos recortes temporais propostos, o estudo encontra marcas do emprego da Comissão de Defesa do Consumidor como arena de debate, reflexão e influência sobre temas relevantes do mercado de consumo por meio de audiências públicas desvinculadas do objetivo de produção legislativa própria. Promove, ainda, análise do caso das tarifas bancárias, situação em que a Comissão deliberada e expressamente atuou sem a finalidade de legislar, mas com o objetivo

definido de pressionar o Poder Executivo a editar normas destinadas a atender os interesses vocalizados na Comissão. Com base nessas percepções, defende a existência de uma estratégia de atuação da Comissão de Defesa do Consumidor com contornos próprios e ainda pouco estudada: a ação não legiferante.

Palavras-Chave: Poder legislativo; Relações entre poderes; Processo legislativo; Comissões temáticas; Ação não legiferante; Proteção do consumidor.

ROCHA, Marlene Cezar Teixeira. Apuração De Custos No Setor Público: Diagnóstico Para Implantação Do Sic – Sistema De Informação De Custos Do Governo Federal Na Câmara Dos Deputados.

Orientador: João Luiz Pereira Marciano

Linha de Pesquisa: Gestão Pública no Poder Legislativo

Data Defesa: 31/07/2018

Resumo: A evolução da administração pública brasileira e a constante busca por eficiência fez com que a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 50 § 3º, impusesse ao serviço público um sistema de gestão de custos para melhorar o gerenciamento de seus recursos. Considerando a inexistência de um Sistema de Informação de Custos nesta casa, esta pesquisa avaliou as condições necessárias, por meio da realização de um diagnóstico, para a implantação desse sistema. Com base na pesquisa realizada para identificar estudos, levantamentos referentes ao tema custos e com base nas informações fornecidas pela Gerencia de Informação de Custos da STN de que o processo de implantação do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) se divide em quatro fases gerais, quais sejam: planejamento, estruturação, implantação e gestão, e após avaliação das fases propostas pela STN nesta instituição concluímos que esta Casa avançou de forma tímida e possui um certo grau de maturidade no que concerne ao tema “Custos”. Isso porque conseguimos identificar algumas ações já realizadas, na fase de planejamento, estruturação e implantação. Entretanto, ainda há muito a ser feito, visto que muitas ações prioritárias ainda precisam ser realizadas para a implantação do sistema de custos.

Palavras-Chave: Gestão Pública; Contabilidade Pública; Custos no Setor Público; Sistema de informação de custos.

CÔRTEZ, Rui Carlos Privati. Participação Política Feminina E Financiamento De Campanha: Barreira À Equidade De Gênero?

Orientadora: Giovana Dal Bianco Perlin

Linha de Pesquisa: Gestão Pública no Poder Legislativo

Data Defesa: 28/08/2018

Resumo: Esta pesquisa, de natureza descritiva, compara montantes de arrecadação de campanhas eleitorais de mulheres e homens candidatos ao cargo de deputado federal, nos pleitos que ocorreram nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014 no Brasil. Mescla duas áreas de estudo que se encontram no ambiente político: o tema gênero, que tem assumido papel de destaque nas organizações modernas, e financiamento das campanhas eleitorais. Inicia-se com uma pergunta sobre como o modelo de financiamento de campanha poderia interferir na representação política feminina, com o objetivo principal de investigar possíveis relações entre o financiamento de campanha e o sucesso eleitoral das candidatas. Apresenta um referencial teórico baseado na perspectiva de gênero, com ênfase nos estudos relativos às inserções do sexo feminino no campo da política, e outra linha teórica voltada para a gerência dos recursos

financeiros em um pleito eleitoral. Em seguida apresenta dados oficiais contendo números e percentuais de candidaturas e de eleitos, e de cifras que movimentaram processos eleitorais que envolveram as duas perspectivas em questão, circunscritos à Câmara dos Deputados. A principal conclusão obtida mostra que o atual modelo de financiamento de campanha eleitoral contribui para a exclusão de mulheres da plena participação nos processos eleitorais. Por fim, observou-se que, mesmo com a existência de mecanismos legais que garantam um percentual mínimo de participação, a interferência de gênero no acesso a recursos para o financiamento de campanha possui potencial para explicar a sub-representação feminina no parlamento. Na fase inicial das candidaturas observa-se que a média de recursos de campanha para as mulheres é muito menor do que a dos homens candidatos, e, entre candidatas, são as de etnia negra as que possuem menor média de recurso. A pesquisa constata ainda acentuadas desproporções entre recursos de candidatas e de eleitas, mostrando que as médias de recursos de campanhas de mulheres eleitas é similar ao de homens eleitos. Ou seja, para serem eleitas precisam estar muito acima da média de recursos de candidatas. O atual modelo de financiamento de campanha contribui para a manutenção da sub-representação feminina no parlamento, principalmente ao impossibilitar, de forma plena, a chance de sucesso eleitoral ou de candidatura de mulheres, já que elas percebem as menores remunerações, concentram-se em carreiras menos valorizadas e possuem menores valores de bens declarados, situação mais grave para as mulheres negras.

Palavras-Chave: Gênero; Representação Política; Financiamento de Campanhas.

MACEDO, Dagma Sebastiana Caixeta. O Poder Legiferante Versus O Poder Normativo Das Agências Reguladoras: Uma Análise Do Que Os Deputados Federais Propuseram Para O Setor De Telecomunicações Durante Os Governos FHC e Lula.

Orientador: Ricardo Chaves de Rezende Martins

Linha de Pesquisa: Gestão Pública no Poder Legislativo

Data Defesa: 05/11/2018

Resumo: Este estudo busca analisar se os projetos de lei apresentados pelos deputados federais em relação ao setor de telecomunicações, no período compreendido nos governos Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva referem-se a assuntos que devam ser objeto de regulamentação pela Agência Nacional de Telecomunicações ou se as propostas têm aspecto de normatização geral e se os deputados, individualmente, competiram ou colaboram com a Anatel ao proporem normativos para o setor de telecomunicações. A pesquisa elenca, por meio de 20 categorias, os principais temas abordados pelos deputados no período, tendo como fonte a base de dados da Câmara dos Deputados, disponível na internet e é, em sua maior parte, de natureza qualitativa empregando-se o método exploratório. O trabalho utiliza-se dos pressupostos do método indutivo, da observação e do acompanhamento diário feito no Congresso Nacional pela autora para chegar a conclusões sobre como o Legislativo se comportou durante o período. O conteúdo dos 360 projetos de lei estudados, resultantes de recortes de um montante de 1.102 inicialmente elencados para o período de estudo, leva à conclusão de que o tema telecomunicações tem se mostrado campo fértil de atuação parlamentar desde a privatização do setor. Ademais, embora não se questione a função precípua do Legislativo de elaborar e aprovar leis, conclui-se que na maioria dos projetos os deputados propuseram matérias que estão na atribuição normativa da Anatel o que pode resultar em conflitos de competência ou tensionamentos institucionais entre o órgão regulador e o Parlamento, ou na mudança na percepção do Poder Legislativo sobre as atribuições da agência.

Palavras-Chave: Poder Legislativo, Teoria da Escolha Racional, Telecomunicações, Competição, Cooperação.

ESTRÊLA, Clarissa Tolentino Ribeiro. Absenteísmo por doença na Câmara dos Deputados: um recorte de gênero

Orientadora: Giovana Dal Bianco Perlin

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Data Defesa: 22/11/2018

Resumo: O absenteísmo-doença (AD) afeta o funcionamento de organizações públicas e privadas. Conhecer suas características contribui para o desenvolvimento de ações de promoção de saúde e prevenção de adoecimento. Observam-se mais afastamentos entre as mulheres, contudo ainda há uma lacuna de teoria e pesquisa relativas ao porquê dessa diferença existir. O objetivo do trabalho é caracterizar o AD entre as servidoras efetivas da Câmara dos Deputados, nos anos de 2015 a 2017, com base no recorte de gênero. Foi realizada pesquisa descritiva, transversal e epidemiológica. A análise quantitativa envolveu o uso de estatísticas descritivas e inferenciais. Foram utilizados dados primários, obtidos junto ao Departamento de Pessoal. O resultado da regressão múltipla teve baixo poder preditivo ($R^2_{ajustado} = 0,09$), evidenciando a dificuldade de explicar o AD utilizando as variáveis explicativas. Por meio do teste não paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney pôde-se inferir que há diferença estatística significativa entre a média de dias afastados entre homens e mulheres e entre o número médio de afastamentos de cada sexo, tendo as servidoras uma média maior. O teste não paramétrico de Kruskal-Wallis utilizado para se comparar as diferenças entre as lotações concluiu que o tempo médio em que os servidores das áreas Administrativa, Legislativa e Política-Legislativa ficaram afastados são iguais e que a quantidade média de registros de afastamentos é análoga aos três grupos de lotação. Pode-se definir que o perfil de servidores com mais AD é composto por mulheres, casadas, entre 49 a 60 anos, com uma classe de dependentes, ocupantes do cargo de AL, lotadas na área Administrativa, sem função comissionada e com 0 a 10 anos de CD na data do afastamento. As principais causas de afastamentos entre os servidores e servidoras foram: doenças do aparelho respiratório, seguido pelos fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde e as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo. As mulheres têm mais registros que os homens em todos os grupos de doenças, exceto no caso de lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas. Em relação ao número de dias de afastamento, o grupo com maior quantidade foi o dos transtornos mentais e comportamentais. A maioria das licenças é de um dia tanto para homens como para mulheres. Em número de dias, as mulheres têm maior período de afastamento em todas as categorias, exceto em LTS de mais de 31 dias, faixa em que os homens se afastam por maior período. Cabe destacar que 80,6% das LTS são de até 5 dias. O recorte de gênero mostrou-se relevante no estudo.

Palavras-Chave: absenteísmo-doença; gênero; mulher; Administração Pública, Legislativo.

TEIXEIRA, Carolina Lopes. Carreira Política e Liderança: ganhos do cargo de líder para a trajetória política do parlamentar.

Orientadora: Giovana Dal Bianco Perlin

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Data Defesa: 22/11/2018

Resumo: A pesquisa discute a influência do cargo de líder na trajetória política do parlamentar. Para tanto, o estudo parte de breve revisão da literatura acerca da teoria da escolha racional; racionalidade e carreira política; profissionalização da carreira e reeleição; representação política e liderança partidária. A metodologia está dividida em três partes: a) análise da quantidade de votos recebida pelos deputados na 53^a e 54^a legislaturas, comparando-se líderes e não líderes; b) investigação da trajetória parlamentar posterior dos deputados que exerceram a liderança na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas; e c) exame da trajetória política anterior dos indivíduos que ocuparam o cargo de ministro de estado entre 2003 e 2018. O estudo concluiu que a) o fato de ter sido líder não influenciou na quantidade de votos recebida na eleição seguinte; b) deputados que foram líderes possuíram taxa de sucesso na reeleição expressivamente maior do que a média geral e, entre aqueles que não tentaram a reeleição, a maior parte deles se candidatou para cargos de hierarquia superior e foi bem sucedida; c) 46% dos indivíduos que ocuparam o cargo de ministro de estado haviam sido deputados anteriormente e, entre eles, um terço havia ocupado o cargo de líder de bancada na Casa.

Palavras-Chave: líderes, lideranças, reeleição; trajetória parlamentar; profissionalização da carreira política.

GONÇALVES, Fernando José. Processo de Impeachment contra a Ex-Presidente da República Dilma Rousseff: a tramitação do processo na Câmara dos Deputados à luz da Análise de Discurso Crítica

Orientador: Júlio Roberto de Souza Pinto

Linha de Pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Data Defesa: 13/12/2018

Resumo: O objeto desta pesquisa é o discurso político-jurídico que foi articulado por deputados, lideranças e partidos políticos com o intuito de legitimar o pedido de afastamento contra a presidente da República Dilma Rousseff apresentado à Câmara dos Deputados. Busco entender como um novo discurso hegemônico articulado na sociedade civil foi apropriado por essas lideranças políticas durante a tramitação do processo de impeachment, ou seja, como as práticas discursivas extrínsecas à Casa foram incorporadas por essas lideranças e de que modo se articularam para afastar a então presidente. Este trabalho se justifica porque visa a observar o fenômeno de modo diferente, buscando desvendar causas relevantes para o sucesso do impeachment, embora essas causas pudessem estar implícitas atrás do cometimento de crimes de responsabilidade. Utilizo a Teoria do Discurso que explica bem como os fenômenos foram articulados e desencadeados, juntamente com a Análise de Discurso Crítica para desvendar interesses implícitos nos discursos e pronunciamentos ocorridos na Câmara. Ainda, investigo outros afastamentos ocorridos na América do Sul e as similitudes entre esses impedimentos, bem como faço uma sucinta comparação entre decisões importantes do Supremo Tribunal Federal tanto no caso de Dilma, como no afastamento do ex-presidente Fernando Collor. Também me ocupo em revelar o caráter não essencialista desse fenômeno. A conclusão mostra que fatores como uma nova expansão do neoliberalismo na América do Sul, a atuação da mídia, as crises política, econômica e moral e os escândalos de corrupção foram fundamentais para justificar o afastamento, embora tal fenômeno tenha se legitimado pela alegação de cometimento de crimes de responsabilidade, o que, a meu ver, teve um “papel secundário”. Por fim, entendo que o papel desempenhado pelo PMDB, maior partido à época e detentor das cadeiras presidenciais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, foi crucial na autorização

do processo.

Palavras-Chave: Impeachment; Discurso político; Articulação; Hegemonia.

QUEIROZ, Messias de Oliveira. A Voz Autoritarista no Parlamento da Primeira República: análise de discurso crítica do Congresso Nacional (1891-1893)

Orientador: Júlio Roberto de Souza Pinto

Linha de Pesquisa: Gestão Pública no Poder Legislativo

Data Defesa: 14/12/2018

Resumo: A Análise de Discurso Crítica (ADC) foi utilizada para estudar proposições e pronunciamentos elaborados pelo primeiro Congresso Nacional republicano, entre 1891 e 1893. Nossa investigação priorizou o discurso parlamentar autoritarista, ou seja, a produção discursiva e legislativa de apoio a medidas autoritárias. Sob essa perspectiva, estudamos as circunstâncias endógenas e exógenas que possibilitaram a articulação do discurso que disputou e conquistou a hegemonia dentro das demandas existentes na arena legislativa. Argumentamos que a construção de uma maioria parlamentar se deu no bojo de uma disputa discursiva pela organização do Estado brasileiro, na qual foi vitorioso o modelo federalista. O bloco hegemônico voltou a se reunir em seguida em uma formação discursiva de antagonismo ao primeiro Presidente da República, Deodoro da Fonseca, e posteriormente de sustentação ao sucessor, o Vice-Presidente Floriano Peixoto. Apontamos ainda que a disputa pelos significados simbólicos que constituíram o discurso fundador do Parlamento é momento-chave para o pleno entendimento da lógica parlamentar brasileira, que permanece até nossos dias.

Palavras-Chave: Discurso, República, Parlamento, Autoritarismo

BOWEN, Naiça Mel dos Santos. Desvendando as Lideranças Partidárias: um estudo sobre o processo de institucionalização dessas unidades na Câmara dos Deputados

Orientador: Nelson Gomes dos Santos Filho

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Data Defesa: 17/12/2018

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo compreender o que são as lideranças partidárias e como se deu o seu processo de institucionalização na Câmara dos Deputados (CD). Ela foi desenvolvida sob a ótica do novo institucionalismo sociológico. Durante a investigação, realizou-se pesquisa qualitativa, descritiva, por meio de estudo de caso e utilizou-se a análise documental e entrevistas semiestruturadas com aplicação da análise de conteúdo às respostas. Foi possível compreender o que são as lideranças partidárias e parte do que fazem na CD, relacionar os aspectos históricos com a evolução dessas estruturas, bem como analisar elementos que auxiliaram o seu processo de institucionalização e a propagação de valores simbólicos relacionados a essas estruturas na CD. A pesquisa contribuiu para trazer mais informações quanto ao tema das lideranças partidárias dentro da gestão pública e para a administração da Câmara dos Deputados.

Palavras-Chave: lideranças partidárias, institucionalização, histórico, elementos, simbólicos, estrutura.